

## RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### **REFERÊNCIA**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025**

Processo nº 003631/2025 de 07 de agosto de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - Sedecult

ID CiudadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0019

Trata-se de impugnação **IMPETRADA** pelo **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – CRA/ES**, Autarquia Pública Federal, inscrito no CNPJ nº 28.414.217/0001-67, estabelecida na Rua Aluysio Simões, nº 172, Bento Ferreira, Vitória/ES.

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XIII e seus subitens**, do Edital:

#### ***XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO***

*17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.*

*17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

*17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com).*

*a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;*

*b) Procuração (quando for o caso);*

*c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.*

*17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

*17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação*

*17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.*

A sessão de abertura foi marcada para o dia **24/09/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **09/09/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade pregão, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **11/09/2025**, registrado recebimento às **12h40min**, por meio da Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas ([https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Impugnacao/?ttCD\\_CHAVE=419694](https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/Impugnacao/?ttCD_CHAVE=419694)), ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade** para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

## **1 - DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE.**

*A falta de exigência no edital de qualificação técnica, onde não possui a exigência de comprovação por parte das licitantes, bem como do Registro junto ao Órgão Profissional Competente. Cabendo por suas razões, a do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES.*

## **2 – DO PEDIDO**

Transcrevo:

*"Assim, é esta para requerer digne-se Vossa Senhoria a, revendo o próprio ato, julgar procedente as razões acima colacionadas, e reformá-lo, incluindo o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - CRA-ES como órgão onde deverão as empresas participantes do certame, efetuarem seu registro, por exercerem atividades privativas desta categoria profissional, além de terem seus respectivos atestados de capacidade técnica averbados por este CRA-ES. Requer, em não*

*sendo de imediato reformado o ato, que suspenda o certame para que não haja impugnações judiciais que atrapalhem o bom andamento da Administração. Do contrário, nada mais nos restará senão, a tomada das medidas cabíveis e o ingresso na esfera judicial para resguardar os interesses desta Autarquia Pública Federal e dos seus associados.”*

### **3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.**

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

A falta de exigência do *Registro junto ao Órgão Profissional Competente, bem como outras exigências de qualificação técnica ou econômica financeira*, não comporta grande discussão, já tendo o **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo** se manifestado no sentido que a definição da **necessidade de registro de empresas e seus respectivos atestados junto aos conselhos profissionais**, passa pela **análise da atividade básica da empresa ou a natureza dos serviços por ela prestados**, veja-se:

*"Nas licitações públicas, é irregular a exigência de que as empresas de locação de mão de obra estejam registradas no Conselho Regional de Administração, uma vez que a obrigatoriedade de inscrição de empresa em determinado conselho é definida em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual preste serviços a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/80.*  
(...)

*Somente nos casos em que a atividade fim das empresas licitantes esteja diretamente relacionada à do administrador é que a exigência de registro junto a Conselho Regional de Administração se mostra pertinente.*

(...)

*Explicou o relator que tal entendimento estaria de acordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição, o qual "estabelece que, nas*

*licitações, somente se pode fazer exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações que deverão ser assumidas pela futura contratada". Ademais, ressaltou, "a obrigatoriedade de inscrição de empresas em determinado conselho é definida segundo a atividade central que é composta pelos serviços da sua atividade fim, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/1980. Dessa forma, os mencionados arts. 2º, alínea 'b', 14 e 15 da Lei 4.769/1965, que dispõem sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, não impõem às empresas que exploram atividade de prestação de serviços de vigilância o registro na entidade competente para a fiscalização do exercício da profissão de administrador". Considerando a improcedência dos argumentos recursais, o Tribunal, pelos motivos expostos no voto, conheceu do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento. Acórdão 4608/2015-Primeira Câmara, TC 022.455/2013-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 18.8.2015.*

***Informativo de Jurisprudência TCEES nº 19, sessões de 31 de agosto de 2015 usque 11 de setembro de 2015. "***

As decisões que nos constroem a não exigir inscrição/registo no CRA, quando a atividade fim não se relaciona às atribuições de administrador, é preciso esclarecer que a Prefeitura Municipal de Itarana-ES, ao realizar suas licitações, demonstra uma preocupação quanto à competitividade dos certames, o que faz com que, havendo decisões divergentes, algumas pró e outras contra determinada exigência a título de habilitação, se tende à adoção de uma posição mais conservadora, não se exigindo a documentação sobre a qual pare dúvidas objetivas. Em suma, pautamos nossos trabalhos seguindo a lógica de que só se exige, a título de habilitação, aquilo que é certamente permitido pela lei, ausente quaisquer dúvidas substanciais. Não é isso que ocorre em relação ao tema ora enfrentado.

Considerando, também, que o objeto da licitação **NÃO** estaria relacionado diretamente com atividade fim de administração, entende-se que não seria pertinente exigir das empresas licitantes registro junto ao Conselho Regional Administração – CRA/ES sob pena, inclusive, de ser restringir a concorrência, razão pela qual entende-se que não assiste razão ao impugnante.

O CRA-ES fundamenta sua impugnação sob o argumento de que o objeto envolve locação de mão de obra (organização de evento) e, portanto, estaria sujeito à fiscalização daquele conselho.

Contudo, o objeto não envolve apenas um vencedor que irá organizar todo evento e tratar de gerenciar pessoas administrativamente e, mesmo que envolva o fornecimento de pessoal técnico especializado, não caracteriza, por si só, a atividade-fim da Administração em Recursos Humanos. Aqui o objeto é separado por item, podendo haver vários vencedores com locações de estruturas para festas (TRIO ELÉTRICO MÉDIO PORTE – TRUCK; SONORIZAÇÃO DE MEDIO E GRANDE PORTE ESTRUTURA; ILUMINAÇÃO COM GRID DE MÉDIO E GRANDE PORTE; PAINEL DE LED; PROTETOR PASSA CABOS E FIOS DE PISO; SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL; SISTEMA DE FILMAGEM LOCAÇÃO; TELÃO E DEMAIS ITENS CORRELATOS);

A jurisprudência e pareceres jurídicos reiteradamente têm decidido que a obrigatoriedade de registro no CRA somente se aplica quando o objeto da contratação é essencialmente de administração, como:

- Gestão de serviços terceirizados;
- Administração de contratos;
- Gerenciamento de recursos humanos;
- Atividades administrativas de planejamento, organização e controle.

Não se trata, portanto, de atividade enquadrável nos artigos 2º e 3º da Lei 4.769/65, tampouco nos artigos do Decreto nº 61.934/67, que regulam a profissão de administrador.

No presente caso, a atividade fim é técnica e especializada, vinculada à engenharia e/ou técnico industrial, o que afasta a obrigatoriedade de registro no CRA e confirma a exigência correta de registro no CREA.

Estas exigências são compatíveis com o objeto licitado e cumprem a legislação vigente, especialmente o disposto no Decreto nº 23.569/1933, Lei nº 5.194/66 e demais normas do CONFEA/CREA, bem como atendidas pelo CFT, quais estão colecionadas as exigências no Termo de Referência, nos itens 5 e 8, anexo I do Edital, vejamos:

### **5.3. REQUISITOS TÉCNICOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (Todos os ITENS)**

### **5.3.1. Qualidade e certificações**

Todos os materiais, equipamentos e serviços devem atender às seguintes condições

mínimas:

Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, com aparência adequada e funcionamento pleno, sendo vedado o uso de itens danificados, obsoletos, incompatíveis ou fora das normas técnicas;

Conformidade com normas brasileiras ou internacionais aplicáveis, especialmente da ABNT, INMETRO, ANATEL, ANVISA ou outros órgãos reguladores, conforme a natureza do serviço ou estrutura contratada;

Produtos e equipamentos deverão possuir certificações de qualidade, segurança e desempenho reconhecidas pelos órgãos competentes;

A contratada deverá possuir e apresentar, quando solicitado ou previsto neste Termo, certificados de qualidade, laudos técnicos, registros de calibração e quaisquer documentos comprobatórios da regularidade e aptidão técnica dos materiais e serviços fornecidos; Os equipamentos elétricos e eletrônicos devem estar devidamente aprovados e certificados para uso em eventos públicos.

### **5.4. Responsabilidade Técnica e Legal**

5.4.1. A contratada deverá apresentar, previamente à **execução de cada serviço, os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT)**, emitidos por profissional legalmente habilitado e compatível com a atividade exercida, especialmente para montagem de estruturas físicas, sistemas elétricos temporários e equipamentos cênicos:

I – Montagem e instalação de estruturas metálicas, como palcos, praticáveis, grids de iluminação, pórticos, tendas com tablado, estruturas elevadas, e outros itens similares que apresentem risco à segurança pública: **requerem registro da empresa no CREA ou CFT, e ART ou TRT** emitida por profissional legalmente habilitado;

II – Sistemas de sonorização e iluminação de grande porte, incluindo painéis de LED, amplificadores de alta potência, cabeamento, quadros de energia, e main power: **requerem responsável técnico com registro em conselho de**

**engenharia (CREA ou CFT)** e **respectiva ART/TRT** para o dimensionamento e operação elétrica temporária;

III – Serviços que envolvam instalações elétricas temporárias com geradores de alta potência (160kVA, 260kVA), inclusive os que demandam aterramento e transformador isolado: deverão estar acompanhados de projeto técnico assinado, **com ART ou TRT** compatível e documentação de conformidade elétrica.

5.4.2. Os serviços relacionados a banheiros químicos, grupos geradores e resíduos

deverão ter comprovação de regularidade ambiental, licenciamento e destinação final, conforme exigências da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

**8.4.1.4.2. Declaração de Responsabilidade Técnica e Atendimento à Legislação Específica. Será exigida declaração formal da licitante comprometendo-se a:**

I – A licitante deverá apresentar, antes do início da execução contratual, os seguintes documentos obrigatórios (conforme o serviço prestado):

a) Para unidades sanitárias móveis (banheiros químicos e trailers sanitários):

- Comprovação de licenciamento ambiental, autorização sanitária e alvará municipal, quando aplicável;
- Documento que comprove destinação final ambientalmente adequada dos resíduos (resíduos líquidos sanitários);
- **Registro no órgão ambiental competente** ou empresa terceirizada licenciada para coleta.

**8.4.1.4.3 – Declaração de Atendimento Técnico e Legal**

**8.4.1.4.3.1.** A licitante deverá apresentar declaração formal sempre que possível, apresentado(s) em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade emitente, devidamente assinado(s), contendo comprometendo-se a:

I – Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, legislação de segurança, normas técnicas de engenharia, recomendações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, além de quaisquer exigências do Município ou de órgão competente;

II – Obter, por sua conta e risco, todas as autorizações e licenças que se fizerem necessárias à realização dos eventos com

estruturas temporárias, inclusive junto aos órgãos de fiscalização sanitária, ambiental, trânsito, e Corpo de Bombeiros;

III – Apresentar os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), certificados de conformidade, e demais documentos técnicos antes do início da execução dos serviços, conforme solicitado pela fiscalização contratual.

Vale colacionar, também, que somente são exigidas como condições de habilitação aquelas que efetivamente vão proporcionar a Prefeitura Municipal de Itarana-ES a seleção de um licitante que demonstre capacidade para executar o objeto contratado.

Especificamente em relação à impugnação, a quantidade de decisões que depõem contra a exigência de registro no CRA nos leva a crer que a posição majoritária dos Tribunais aponta para não ser pertinente essa exigência. No Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, foi prolatado o Acórdão 01439/2020-1, de relatoria do Conselheiro Domingos Augusto Taufner, cujo conteúdo reproduzimos abaixo:

Tratam os presentes autos de Auditoria Ordinária realizada na Prefeitura Municipal de Sooretama, em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização 133/2014, referente aos exercícios de 2013 e 2014, sob a responsabilidade de (...) – Prefeito Municipal e outros.

(...) 2.3 – Inclusão de exigências restritivas ao caráter competitivo de certame (...) o que torna as exigências restritivas é o fato de que empresas que prestam serviços na área de informática não precisam se inscrever em Conselho Regional de Administração. (...) Até porque não existe um Conselho específico para empresas ou pessoas que atuem na área de informática, não havendo a necessidade de estes se vinculem a qualquer um deles. (...) Isto é, há obrigação de registro somente se a atividade-fim da empresa for administrar e no caso concreto, a finalidade é a contratação de empresa para prestação de serviços de contratação de empresa para prestar serviços de tecnologia da informação, com a finalidade de promover maior transparência aos atos de gestão. Portanto, constar no edital a exigência de registro no CRA constitui restrição indevida ao caráter competitivo do certame, ferindo o princípio da ampla concorrência, motivo pelo qual acompanho o



opinamento técnico e ministerial e mantenho a irregularidade deste item.

Em sede de conclusão, o que se pretendeu demonstrar é que a exigência de registro no Conselho Regional de Administração é majoritariamente vista como irregular pela jurisprudência pátria, quando não for atividade fim, sendo que o certame licitatório não é instrumento adequado para os órgãos exercerem a sua atividade fiscalizatória, mas sim, conjunto de atos que visa garantir à Administração a execução do objeto licitado.

**Além disso, não podemos deixar de considerar que o CRA, caso considere que determinada empresa esteja atuando sem o competente registro/inscrição, tome, em relação à empresa, as devidas providências para instá-las a se adequarem, possuindo essa autarquia poder de polícia.**

**Ademais, repiso que o certame licitatório não é instrumento adequado para as autarquias exercerem a sua atividade fiscalizatória, mas sim, conjunto de atos que visa garantir à Administração a execução do objeto licitado.**

Noutro ponto, o licitante interessado deve cumprir todos os termos do edital, como também todas as normas vigentes do ordenamento jurídico, visto que o ordenamento jurídico é uma unidade sistêmica, consequentemente o direito não tolera antinomias no que diz respeito ao cumprimento da lei, a fim de assegurar, de modo satisfatório, o princípio da segurança jurídica as partes interessadas.

Para a Administração Pública não há vontade e nem interesse pessoal. Enquanto para o particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim” (MEIRELLES, 2009, p.89).

Assim, considerarmos como procedentes as razões da Impugnante, seria um contrassenso na atuação desta Administração na busca da proposta mais vantajosa.

Ante tais considerações, entendemos que não há ilegalidade no Edital, mantendo o entendimento contido no atual instrumento convocatório.

#### **4 – DA DECISÃO**

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Pregoeiro **conhecer** da impugnação oferecida pelo **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – CRA/ES**, Autarquia Pública Federal, inscrito no CNPJ nº 28.414.217/0001-67 e, no mérito, **DESPROVÊ-LA**, nos termos da fundamentação supra, que é parte integrante deste *decisum*, **decido** em manter inalterado o instrumento convocatório, ficando mantida a data da sessão do **Pregão Eletrônico nº. 006/2025**, a ser realizada no dia **24/09/2025**, às **09h00m** (horário Brasília/DF).

**É como decido**

**MARCELO RIGO MAGNAGO**

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 070/2025